

# Comissão *EAT-Lancet* de 2025 sobre Sistemas Alimentares Saudáveis, Sustentáveis e Justos

Relatório Resumido para e com  
Formuladores de Políticas



# Introdução

Os sistemas alimentares influenciam praticamente todos os principais desafios que enfrentamos hoje, desde a saúde e o bem-estar humanos, a sustentabilidade ambiental, a justiça social e a economia. É urgente que os países avancem na transformação dos sistemas alimentares. Políticas e investimentos robustos podem melhorar a saúde nacional, reduzir os impactos climáticos e ambientais, diminuir a desigualdade, ajudar a acabar com todas as formas de desnutrição e nos trazer de volta aos limites planetários. Para apoiar esse esforço, um grupo de Comissários da EAT-Lancet e formuladores de políticas colaboraram na coprodução deste *Resumo da Comissão EAT-Lancet para e com Formuladores de Políticas*.

O Resumo foi desenvolvido por meio da Comunidade voltada à Ação de Formuladores de Políticas (CfA), organizada em conjunto pela Aliança Bioversity & CIAT, CGIAR e o Movimento para Ampliar a Nutrição (SUN). Esta Comunidade é uma das dez organizadas pela EAT e pela Convenção para fomentar o engajamento colaborativo entre a ciência e os atores da linha de frente do sistema alimentar. Um total de 84 participantes contribuíram com suas ideias e experiências por meio de diálogos e contribuições por escrito escrito. Você pode

encontrar a lista de colaboradores no final deste documento. Desenvolvido por cientistas e formuladores de políticas de mais de 30 países, este documento transforma as evidências mais recentes em prioridades práticas para ajudar os governos a construir sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos para todos.

Este relatório apresenta as principais mensagens da *Comissão EAT-Lancet de 2025*, complementadas com informações adicionais de formuladores de políticas. Ele fornece 35 ações políticas eficazes para promover sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos, ilustradas com exemplos de diversos países.

Embora existam diversas soluções, seu sucesso depende da adaptação aos contextos locais e de sua integração em pacotes de políticas coordenadas, capazes de abordar múltiplos desafios simultaneamente. Alcançar mudanças sistêmicas exige liderança política, engajamento parlamentar e mecanismos legislativos, bem como participação cidadã significativa, financiamento e investimento. A colaboração contínua entre atores, setores e escalas é essencial para conectar evidências, políticas e ações.

# Sumário

---

## Parte 1

Dez Ideias para Formuladores de Políticas sobre a Transformação dos Sistemas Alimentares

4

---

## Parte 2

Tabela Resumo de todas as Soluções e Ações Políticas Propostas

13

Soluções e Ações Detalhadas com Exemplos

15

# Parte 1

## Dez Ideias para Formuladores de Políticas sobre a Transformação de Sistemas Alimentares

**Dez mensagens-chave da Comissão EAT-Lancet de 2025 sobre transições para sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos.**

A Comissão EAT-Lancet sobre Sistemas Alimentares Saudáveis, Sustentáveis e Justos é uma atualização histórica do relatório da Comissão EAT-Lancet de 2019, apresentando a avaliação científica global mais abrangente dos sistemas alimentares até o momento. Ela estabelece um padrão alimentar saudável, os limites seguros para os alimentos dentro do sistema terrestre e os fundamentos sociais de um sistema alimentar justo.

Esses três pilares são acompanhados por destaques específicos para formuladores de políticas, descritos abaixo e marcados com um símbolo 🌐).

## Parte 1

# Dez lições para Formuladores de Políticas sobre a Transformação de Sistemas Alimentares

01

### 1. Os sistemas alimentares são centrais para a saúde, a nutrição, o meio ambiente, o clima e a justiça.

Mudar a forma como os alimentos são produzidos, vendidos e consumidos é essencial para enfrentar as múltiplas crises que se sobrepõem hoje, desde a fome e a desnutrição até as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, os crescentes riscos à saúde e as desigualdades cada vez maiores.

🌐 Os países podem deixar de enfrentar essas crises isoladamente e passar a adotar soluções integradas que busquem sinergias e ganhos de eficiência nas dimensões econômica, de governança e de políticas públicas.

02

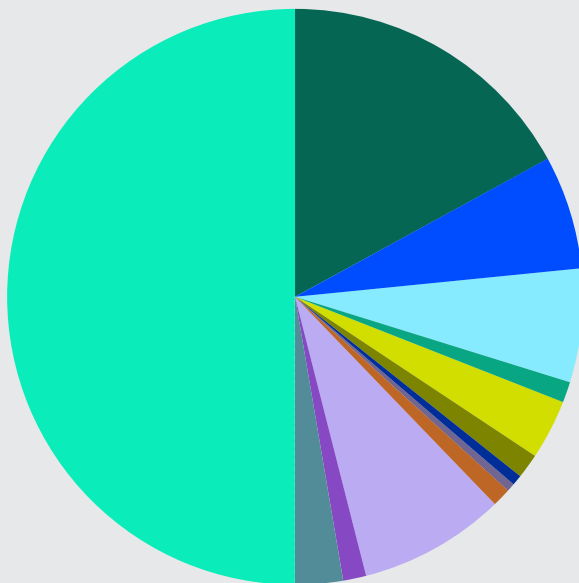
### 2. A Dieta da Saúde Planetária é flexível e compatível com uma ampla variedade de alimentos, culturas, padrões alimentares, tradições e preferências individuais.

A Dieta da Saúde Planetária (DSP) é um padrão alimentar flexível, concebido para promover a saúde em diversas populações e contextos. A DSP baseia-se nas evidências científicas mais recentes sobre dieta e saúde, e não em critérios ambientais, embora o padrão alimentar reduza tanto os impactos ambientais quanto as deficiências nutricionais da maioria das dietas atuais. Além disso, a DSP enfatiza (Figura 1) enfatiza uma dieta rica em vegetais, priorizando grãos integrais, frutas, verduras, nozes e leguminosas, permitindo quantidades moderadas de alimentos de origem animal, incluindo laticínios, peixes e carnes, dependendo das preferências culturais.

FIGURA 1

### Dieta da saúde planetária Uma dieta flexível para uma melhor saúde humana

Metas dietéticas para uma dieta de referência saudável para adultos, com intervalos estimados, considerando uma ingestão energética média de aproximadamente 2400 kcal/dia.



Intervalo g/dia (média)

Kcal/dia

#### Alimentos de origem vegetal

● Grãos integrais	20-50% da energia (210)	753
● Tubérculos, raízes ricas em amido	0-100 (50)	50
● Vegetais	200-600 (300)	95
● Frutas	100-300 (200)	145
● Nozes/amendoim	0-75 (50)	275
● Leguminosas	0-150 (75)	275

#### Alimentos de origem animal

● Leite ou equivalentes	0-500 (250)	145
● Frango, outras aves	0-60 (30)	60
● Peixes e frutos do mar	0-100 (30)	25
● Ovos	0-25 (15)	20
● Carne bovina, suína ou de cordeiro	0-30 (15)	45

#### Gorduras, açúcar e sal

● Óleos vegetais insaturados	20-80 (40)	355
● Óleo de palma, óleo de coco	0-8 (6)	55
● Banha, sebo, manteiga	0-10 (5)	-
● Açúcar (adicionado ou livre)	0-30 (30)	115
● Sódio (mg)	< 2000	-

FIGURA 01. Presume-se que a maioria dos alimentos seja não processada ou minimamente processada. No nível individual, a ingestão ideal de energia para manter um peso saudável em adultos e o crescimento em crianças depende do tamanho do corpo, do nível de atividade física e do estado fisiológico (incluindo gravidez ou lactação em mulheres). As metas, faixas e opções nesta versão flexitariana da DSP visam a proporcionar flexibilidade e acessibilidade. A orientação geral é de pelo menos 5 porções de vegetais e frutas por dia, 1 a 2 porções de nozes por dia e 2 a 3 porções de leguminosas por dia. Para alimentos de origem animal, são cerca de 2 porções de aves por semana, uma porção de carne vermelha por semana e 2 ovos por semana.

O consumo de carne vermelha, bem como de açúcar adicionado, é limitado devido às fortes evidências de riscos à saúde. A DSP de referência proporciona adequação nutricional e diminui os riscos de doenças crônicas não transmissíveis. Uma mudança para esse padrão alimentar poderia prevenir aproximadamente 15 milhões de mortes evitáveis por ano, cerca de 27% das mortes em todo o mundo.<sup>1</sup>

🌐 Em diversos países, o padrão atual de consumo está significativamente distante da DSP e das diretrizes alimentares nacionais. Recomenda-se que os países revisem e atualizem suas diretrizes alimentares nacionais de acordo com as evidências mais recentes, como a DSP, adaptando as recomendações aos contextos nacionais e às preferências culturais. Comparações entre as diretrizes alimentares nacionais, as recomendações da OMS e a DSP demonstraram que a DSP está associada às maiores reduções na mortalidade prematura.<sup>2</sup>

Uma calculadora online está disponível para a avaliação do consumo atual em nível nacional, das mudanças projetadas para um padrão alimentar saudável e dos impactos dessas mudanças sobre os resultados ambientais e de saúde está disponível [aqui](#).

03

## Os sistemas alimentares são os maiores responsáveis pelas transgressões de cinco limites planetários.

Os limites planetários marcam os limites seguros para o sistema terrestre. A alimentação é o principal fator de mudança no sistema terrestre, na integridade da biosfera, nas alterações da água doce e nos fluxos biogeoquímicos. É um importante impulsionador de novas entidades, incluindo pesticidas e antimicrobianos, e representa aproximadamente 30% das emissões de gases de efeito estufa que impulsionam as mudanças climáticas. Como e onde os alimentos são produzidos, quais alimentos são produzidos, processados, transportados e consumidos, e quanto é perdido e desperdiçado, tudo isso contribui para as transgressões dos limites planetários. Nenhuma solução segura para as crises climáticas e de biodiversidade é possível sem uma transformação global dos sistemas alimentares. Mesmo que ocorra uma transição energética global para longe dos combustíveis fósseis, os sistemas alimentares farão com que o mundo viole o Acordo de Paris sobre o Clima, que limita a temperatura média global da superfície a 1,5°C.

FIGURE 2

### Limites planetários

#### Contribuição do sistema alimentar

○ Linha de alto risco  
○ Limite planetário

● Contribuição do sistema alimentar  
● Contribuição total de todos os setores



<sup>1</sup> Gu X, Bui LP, Wang F, Wang DD, Springmann M, Willett WC. Global adherence to a healthy and sustainable diet and potential reduction in premature death. Proc Natl Acad Sci USA 2024; 121: e2319008121.

<sup>2</sup> Springmann M, Spajic L, Clark M A, Poore J, Herforth A, Webb P et al. The healthiness and sustainability of national and global food-based dietary guidelines: modelling study BMJ 2020; 370 :m2322 doi:10.1136/bmj.m2322.

Os países são incentivados a incluir intervenções, soluções e seus impactos nos sistemas alimentares em compromissos nacionais e internacionais, como o Acordo de Paris sobre o Clima e a Estrutura de Biodiversidade de Kunming-Montreal.

04

## A transformação dos sistemas alimentares alinhada ao EAT-Lancet pode nos levar a compreender os limites do sistema alimentar.

A transformação dos sistemas alimentares em consonância com as recomendações da EAT-Lancet (ou seja, mudanças nos hábitos alimentares, aumento e maior sustentabilidade da produtividade, redução das perdas e do desperdício de alimentos) reduziria substancialmente as pressões ambientais sobre o clima, a biodiversidade, o uso da água e a poluição.

As mudanças nos hábitos alimentares têm o maior potencial de impacto, mas nenhuma ação isolada é suficiente para garantir um sistema alimentar saudável, justo e sustentável. Uma transformação segundo as recomendações da EAT-Lancet até 2050 reduziria o uso da terra para a agricultura em 11-18%, as emissões de gases de efeito estufa em 55-67%, o uso da água em 9% e o uso de nitrogênio e fósforo em 26%, em comparação com as trajetórias sem mudanças significativas.

Os países podem mensurar os impactos ambientais da alimentação por meio do desenvolvimento de Caminhos do Sistema Alimentar, elaborados em colaboração com o Centro de Coordenação da Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares (UNFSS). Esses caminhos funcionam como um exercício iterativo para apoiar a implementação de soluções específicas a cada país. Para mais informações sobre os limites do sistema alimentar, consulte a Seção 2 do relatório EAT-Lancet de 2025.

FIGURA 3

### Processos do sistema terrestre, suas variáveis de controle e os limites propostos para o sistema alimentar

Os limites do sistema alimentar são definidos em Te Wierik et al. (2025).  
HANPP = apropriação humana da produção primária líquida.  
NPP = produção primária líquida.  
PAS = substâncias ativas de pesticidas.

Processos do sistema terrestre	Variável de controle	Limite do sistema alimentar
Mudanças Climáticas	Emissões de gases de efeito estufa	5 Gt CO <sub>2</sub> eq. ano-1
Mudança no Sistema Terrestre	Uso da terra agrícola	48 milhões de km <sup>2</sup> (34% da área total da terra)
Biodiversidade	HANPP (integridade funcional da biosfera)**	5,5 GTC ano-1 (10% da NPP do Holoceno)
	Integridade funcional do ecossistema	20-25% de habitat natural km-2 em terras agrícolas
Redução da Camada de Ozônio	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio	1,8 Tg N <sub>2</sub> O-N ano-1
Acidificação oceânica	Emissões de CO <sub>2</sub>	Zero emissões de CO <sub>2</sub>
Fluxos biogeoquímicos	Excedente de nitrogênio	57 Tg N ano-1
	Perda de fósforo para águas superficiais	4,6 Tg P ano-1
Mudança na água doce	Consumo de água azul	2000 km <sup>3</sup> ano-1
	Ocorrência de seca extrema de água verde ou eventos de umidade extrema	11,1% da área terrestre global por mês**
Carga de aerossóis	NH <sub>3</sub> (hemisfério norte) <20 Tg NH <sub>3</sub>	<20 Tg NH <sub>3</sub>
	PM <sub>2,5</sub> (hemisfério sul)	Interromper as emissões de queima de biomassa agricultura
Novas entidades	Aplicação de pesticidas	1 Tg de PAS ano-1
	Uso de antimicrobianos	Interromper o uso profilático e limitar o uso a 36-75 kt ano <sup>-1</sup>

<sup>3</sup> DeClerck, F., Beusen, A. et al. "Identificando o espaço operacional seguro para sistemas alimentares." Nat Food 6, 1153-1163 (2025). <https://doi.org/10.1038/s43016-025-01252-6>

05

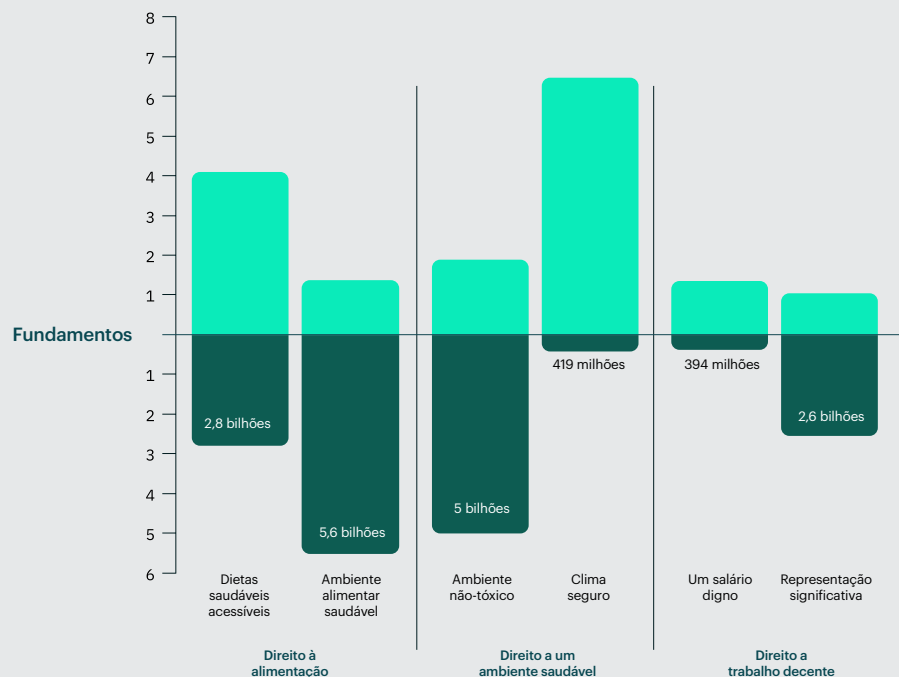
## Os direitos humanos relacionados aos sistemas alimentares não estão sendo respeitados para quase metade da população mundial, em todas as regiões do planeta.

Quase metade da população mundial não atende aos padrões mínimos em relação aos seus direitos à alimentação adequada, a um ambiente saudável e a um trabalho decente. Ao mesmo tempo, os 30% mais ricos da população são responsáveis por mais de 70% dos impactos ambientais relacionados à alimentação.

Políticas que abordam as desigualdades, considerando quem se beneficia e quem arca com os custos dos sistemas alimentares atuais, são essenciais para a defesa dos direitos humanos e o cumprimento das responsabilidades dos países para com as pessoas e o planeta. Todos os países podem contribuir para tornar os sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e justos. Essas contribuições beneficiam os países individualmente por meio de melhorias na saúde pública e na justiça social, ao mesmo tempo que reduzem as ameaças ambientais e a insegurança que afetam todas as nações. Diretrizes Voluntárias para Apoiar a Concretização do Direito à Alimentação Adequada<sup>4</sup> são um recurso concebido para ajudar a implementar o direito à alimentação adequada, oferecendo recomendações práticas para governos e partes interessadas.

FIGURA 4

### Fundamentos sociais Bilhões de pessoas ficam limiar



<sup>4</sup> FAO. 2024. Voluntary Guidelines to Support the Progressive Realization of the Right to Adequate Food in the Context of National Food Security - Adopted by the 127th session of the FAO Council, 22-27 November 2004. Revised version. Rome. <https://doi.org/10.4060/y7937e>

06

## **Tornar dietas saudáveis e culturalmente apropriadas a escolha fácil, acessível e desejável é essencial para mudar a demanda.**

Transformar os ambientes alimentares, por meio de compras públicas, regulamentação do varejo, políticas fiscais e apoio a agricultores e cadeias de valor locais, pode tornar os alimentos saudáveis mais disponíveis e atraentes. Aumentar o poder de compra entre os grupos de baixa renda é igualmente necessário, inclusive por meio de subsídios e proteção social voltadas à nutrição. Dietas saudáveis de povos indígenas e locais devem ser protegidas e promovidas, integrando-as às refeições escolares, diretrizes alimentares, campanhas públicas e tomada de decisão inclusiva liderada pela comunidade.

🌐 Governos nacionais e locais podem colaborar com uma diversidade de atores para garantir que os consumidores tenham acesso a opções saudáveis (alinhadas com a DSP ou diretrizes alimentares nacionais), seja por meio de impostos, subsídios, compras públicas ou outras ações políticas. Os governos podem alinhar as políticas às recomendações de dietas saudáveis por meio de políticas agrícolas que promovam a produção de culturas saudáveis, regulamentações de processamento de alimentos que promovam a produção de alimentos saudáveis e políticas comerciais que antecipem e possibilitem mudanças no que é comercializado.

07

## **Uma diversidade de práticas de intensificação sustentável e ecológica gera benefícios positivos para a natureza, podendo tornar a produção de alimentos com emissões líquidas negativas de carbono.**

Investimentos e esforços sem precedentes em práticas de intensificação sustentável e ecológica podem resultar em um sistema alimentar com emissões líquidas zero. O uso de práticas diversas e específicas ao contexto pode levar ao armazenamento de carbono, criar e conectar habitats, reduzir a aplicação de nutrientes e fertilizantes e prevenir a poluição da água. Para alcançar esse objetivo, é necessário um acesso mais equitativo aos recursos hídricos e terrestres, o fortalecimento dos serviços públicos de assessoria, a redução das assimetrias de poder entre produtores e agroindústrias dominantes e investimentos coordenados dos setores público e privado que apoiem a transição dos agricultores para práticas sustentáveis.

🌐 Países podem trabalhar com suas comunidades produtoras de alimentos (agricultores, pescadores, pecuaristas, de pequena e grande escala), a indústria agroalimentar e as comunidades de pesquisa agrícola e ambiental para garantir que os benefícios ambientais produzidos pelos produtores de alimentos sejam aumentados, capturados e valorizados.

08

## A transformação dos sistemas alimentares, alinhada às recomendações da EAT-Lancet, remodelará a agricultura e terá um impacto profundo nos meios de subsistência em todo o mundo.

Seguir as recomendações da EAT-Lancet poderia ajudar a criar um sistema menos intensivo em recursos e mão de obra, capaz de alimentar 9,6 bilhões de pessoas com dietas saudáveis, mantendo os custos dos alimentos em grande parte estáveis. No entanto, tal transformação teria implicações profundas sobre o que, como e onde os alimentos são produzidos, e para as pessoas envolvidas. Por exemplo, a produção de frutas, vegetais e oleaginosas aumentaria em 63%, e a pesca e a aquicultura em 46%, enquanto a produção de carne de ruminantes cairia em um terço, com diferenças regionais em como essa reestruturação ocorre.

Essa transição precisa ser acompanhada por políticas bem elaboradas que protejam os meios de subsistência e as preferências dos diferentes atores e garantam que os benefícios e os ônus sejam distribuídos equitativamente. Os países podem atuar em conjunto com os diferentes atores do sistema alimentar para identificar, planejar e preparar as transições na agricultura, inclusive através do apoio a novas oportunidades de emprego emergentes na agricultura, pescas e aquicultura, antecipando e gerindo a mudança com perspectivas de 5 a 20 anos.

FIGURA 5

### Fundamentos sociais, variáveis proxy e número de pessoas abaixo dos fundamentos

Fundamento social	Variável proxy	Pessoas abaixo do fundamento
Dietas saudáveis acessíveis	Custo de uma dieta saudável (CDAS) <52% da renda média	2,8 bilhões de pessoas em todo o mundo não podem acessar uma dieta saudável
Ambiente alimentar saudável	Ingestão média nacional de açúcar de bebidas adoçadas com açúcar (BAA) com uma ingestão média nacional de açúcar	5,6 bilhões de pessoas em todo o mundo vivem em países com um consumo médio nacional de açúcar 10% da ingestão total de calorias
Ambientes não tóxicos	Lixiviação de nitrogênio <50 mg de nitrato/L	5 bilhões de pessoas expostas a ambientes insalubres acima do limite da OMS
Clima seguro	Temperatura média anual (TMA) $\leq 29^{\circ}\text{C}$	419 milhões de pessoas serão expostas a TMA $\geq 29^{\circ}\text{C}$ até 2070
Salários dos trabalhadores do sistema alimentar maior que o salário digno em países de baixa renda	Salário digno é definido como >67% do salário médio em países de baixa renda e >55% em países de alta renda	394 milhões (32%) de trabalhadores do sistema dos processos de negociação coletiva
Representação efetiva	Cobertura da negociação coletiva >72%	2,6 bilhões de pessoas não podem participar in collective bargaining processes
Liberdade do controle corporativo	Quota de mercado detida pelas quatro maiores empresas do setor (CR4) <40%	Não determinado
Liberdades civis e políticas	Índice de liberdade de expressão	Não determinado
Não discriminação	Índice de instituições sociais e gênero	Não determinado

09

## **A justiça é essencial para desbloquear e acelerar a transformação dos sistemas alimentares.**

A equidade é o alicerce: uma transição justa garante que todos tenham acesso equitativo a oportunidades e recursos que assegurem os direitos à alimentação adequada, a um ambiente saudável e a um trabalho decente, juntamente com responsabilidades comuns, porém diferenciadas, para produzir, distribuir e consumir dietas saudáveis dentro dos limites planetários.

As assimetrias de poder e as estruturas sociais e políticas discriminatórias dificultam a concretização desses direitos, prejudicando a saúde e os meios de subsistência das pessoas e silenciando as vozes das comunidades, particularmente entre os grupos historicamente marginalizados. As ações que promovem a justiça incluem garantir rendimentos dignos e negociação coletiva, regular a concentração de mercado e a especulação financeira, melhorar a transparência, a responsabilização, a representação e o acesso à informação. Proteger o direito humano a alimentação adequada em zonas de conflito é um fundamento essencial da justiça.

🌐 Os países podem adotar políticas que garantam salários justos, protejam o direito à alimentação adequada e ao trabalho decente e regulem a concentração de mercado, assegurando, ao mesmo tempo, que as comunidades historicamente marginalizadas tenham voz e representação na tomada de decisões. Priorizar a justiça dessa forma fortalece a responsabilização, protege a dignidade humana e possibilita uma transformação sustentável e equitativa dos sistemas alimentares.

10

## **É necessária uma ação sem precedentes para transformar nosso sistema alimentar global.**

Mudar os hábitos alimentares, melhorar as práticas de produção, garantir alimentação adequada e promover a justiça social exigem esforços coordenados. Uma transformação justa requer a construção de coalizões entre diversos atores, a negociação de prioridades, a identificação de conjuntos de ações, o desenvolvimento de roteiros nacionais e regionais para implementação, o desbloqueio de financiamento e a colocação de planos conjuntos em ação. Esses esforços podem estar alinhados com outras estruturas de sustentabilidade e saúde, como o Acordo de Paris, o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e as diretrizes alimentares específicas de cada país, que destacam as ações nos sistemas alimentares como ferramentas poderosas para alcançar múltiplos objetivos. Mobilizar e redirecionar o financiamento é essencial para viabilizar essa transformação.

🌐 Os países podem construir amplas coalizões, alinhar as ações relativas aos sistemas alimentares com os compromissos climáticos, de biodiversidade e de saúde, e redirecionar o financiamento para apoiar uma transformação justa e sustentável. Ao desenvolver roteiros claros e implementar rapidamente planos conjuntos, os governos podem desbloquear sinergias entre setores e acelerar o progresso rumo a sistemas alimentares equitativos e resilientes.

# Parte 2

## Soluções e Ações Políticas

Este capítulo apresenta soluções políticas e ações complementares desenvolvidas para apoiar governos e decisores políticos no avanço da transformação dos sistemas alimentares nos seus respectivos contextos.

Com base na Comissão EAT-Lancet de 2025 e aprimoradas por meio de contribuições de decisores políticos, estas soluções combinam evidências científicas com experiência política prática, demonstrando um potencial real para gerar impactos significativos nas áreas da saúde, do ambiente e da justiça.

Nenhuma política isolada, por si só, consegue promover a transformação dos sistemas alimentares. O progresso exige abordagens coordenadas e integradas que alinhem múltiplas ações e atores. A integração eficaz e coordenada ajuda a gerir prioridades administrativas de curto e longo prazo, a fortalecer a governança ao longo dos ciclos políticos e a lidar com as compensações entre viabilidade, eficácia e aceitabilidade pública.

Os conjuntos de políticas para a transformação dos sistemas alimentares devem ser adaptados aos contextos regionais e nacionais. Nos países de renda alta e média-alta, estratégias focadas no consumidor para direcionar as dietas em direção à Dieta da Saúde Planetária são essenciais, enquanto as prioridades nos países de renda baixa e média devem incluir a preservação das dietas saudáveis existentes, a redução da fome e da subnutrição e a prevenção do aumento de padrões alimentares não saudáveis. Todos os países podem reduzir as emissões relacionadas à alimentação e as pressões ambientais, eliminando as lacunas de produtividade, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e adotando sistemas de processamento de alimentos mais limpos e circulares.

A tabela abaixo apresenta uma visão geral das soluções e ações, da avaliação da Comissão, com acréscimos propostos pelos formuladores de políticas. Os países participantes também forneceram exemplos que ilustram o progresso existente em ações políticas específicas.

## Visão Geral

### Tabela de Soluções e Ações Políticas Propostas

■ Ações políticas recomendadas pela Comissão EAT-Lancet

■ Ações políticas adicionais recomendadas pela Comunidade de Formuladores de Políticas para Ação

SOLUÇÃO POLÍTICA	AÇÃO POLÍTICA
A. <u>Desenvolver roteiros para sistemas alimentares</u>	1. Avaliar a coerência da política
	2. Estabelecer conjuntos de ações e políticas específicas para cada contexto
	3. Construir coalizões de diversos atores
	4. Fortalecer a liderança política e as estruturas de governança
	5. Desbloquear recursos financeiros para a transformação
B. <u>Adotar dietas saudáveis</u>	6. Utilizar impostos e subsídios para encarecer alimentos e bebidas não saudáveis e tornar as opções mais saudáveis
	7. Combinar restrições de marketing com rótulos de advertência obrigatórios para alimentos não saudáveis
	8. Aumentar o poder de compra das famílias, principalmente no quintil mais baixo, por meio de proteção social, geração de empregos, redes de segurança alimentar e legislação de salário digno
	9. Investir em estratégias e intervenções que aumentem a demanda por alimentos saudáveis
	10. Garantir o acesso universal à água potável para consumo humano e produção de alimentos por meio de tecnologias sociais simples e de baixo custo
C. <u>Proteger e promover dietas tradicionais e saudáveis</u>	11. Reconhecer e incluir alimentos e dietas tradicionais saudáveis em diretrizes alimentares e programas de compras públicas
	12. Apoiar mercados e cadeias de valor locais para promover a demanda do consumidor por culturas subutilizadas, saudáveis e produzidas localmente
D. <u>Implementar a intensificação sustentável e ecológica</u>	13. Garantir que os produtores tenham acesso equitativo a uma governança aprimorada sobre a terra, o mar, os insumos de produção, o treinamento e a extensão agrícola, as redes de conhecimento entre pares e os mercados
	14. Apoiar coalizões de produtores e subsídios para práticas sustentáveis e regular a influência corporativa
	15. Aumentar o investimento para a transição para a intensificação sustentável e ecológica
	16. Empoderar campanhas lideradas por jovens e empresas sociais para impulsionar normas alimentares positivas

■ Ações políticas recomendadas pela Comissão EAT-Lancet

■ Ações políticas adicionais recomendadas pela Comunidade de Formuladores de Políticas para Ação

SOLUÇÃO POLÍTICA	AÇÃO POLÍTICA
E. <u>Interromper a conversão agrícola de ecossistemas intactos</u>	17. Combinar medidas regulatórias que protejam os ecossistemas e reduzam o vazamento da expansão de terras
	18. Investir na gestão comunitária de ecossistemas locais, incluindo comunidades indígenas e jovens
	19. Aumentar os compromissos multissetoriais com o desmatamento zero e a conversão zero de ecossistemas intactos
	20. Incentivar o planejamento de sistemas alimentares em nível de paisagem que combine produtividade agrícola, proteção de bacias hidrográficas e governança de recursos liderada pela comunidade
	21. Restaurar a biodiversidade e o funcionamento do ecossistema
F. <u>Reduzir as perdas e o desperdício de alimentos</u>	22. Aprimorar os dados e análises de armazenamento, logística e cadeia de suprimentos, especialmente em contextos de baixa renda
	23. Reduzir o desperdício no varejo e no consumo por meio da conscientização, educação e treinamento de habilidades, especialmente em contextos de alta renda
	24. Reciclar nutrientes e energia, priorizando a ração animal e a recuperação de resíduos agrícolas
G. <u>Garantir trabalho decente</u>	25. Garantir o pagamento de salários dignos atualizados para todos e eliminar a disparidade salarial entre gêneros
	26. Oferecer treinamento para apoiar a reinserção profissional em transições de sistemas alimentares (especialmente para jovens, mulheres e força de trabalho atual)
	27. Fortalecer a aplicação da legislação de proteção no local de trabalho e das redes de segurança social, contra a violência de gênero e o assédio sexual, condições de saúde ocupacional e trabalho infantil
H. <u>Assegurar voz e representação significativas</u>	28. Garantir a existência de mecanismos que possibilitem a negociação coletiva por trabalhadores e agricultores do sistema agroalimentar para evitar desequilíbrios e práticas comerciais desleais
	29. Desenvolver marcos legais e regulatórios para limitar a concentração de mercado e garantir a transparência nas atividades de lobby
	30. Melhorar a transparência, a responsabilização e o acesso à informação
	31. Melhorar a representação de mulheres e outros grupos sub-representados em posições de influência
I. <u>Reconhecer e proteger os grupos marginalizados</u>	32. Apoiar o desenvolvimento de conselhos de políticas alimentares descentralizados ou locais
	33. Implementar políticas de proteção social para apoiar grupos marginalizados e em situação de risco
	34. Adquirir e implementar refeições saudáveis e sustentáveis em escolas e outras instituições públicas
	35. Proteger o direito a alimentação adequada para pessoas em áreas de conflito

## Soluções e Ações Detalhadas com Exemplos

---

A

### A. Desenvolver roteiros para sistemas alimentares

---

1

#### Avaliar a coerência das políticas.

Os sistemas alimentares situam-se na interseção das políticas de saúde pública, meio ambiente, agricultura, economia e desenvolvimento social, tornando-os uma poderosa alavanca para a ação política coordenada. Maior coerência política entre os setores pode aumentar significativamente a eficiência, eficácia e eficácia, além de reduzir custos.

3

#### Construir coalizões de diversos atores.

Coalizões intersetoriais que reúnem instituições públicas, o setor privado e a sociedade civil ajudam atores com interesses diferentes a encontrar um terreno comum e a cocriar caminhos práticos para os sistemas alimentares. Uma abordagem é estabelecer núcleos de ciência e política de sistemas alimentares em nível nacional que conectem pesquisadores, parlamentares, produtores de alimentos, jovens inovadores e a sociedade civil para interpretar conjuntamente as evidências e informar políticas responsivas. Garantir que essas coalizões sejam apoiadas por dados acessíveis à sociedade civil, aos governos locais e aos parlamentos para permitir a responsabilização, a tomada de decisões inclusiva e a supervisão eficaz dos esforços de transformação do sistema alimentar.

5

#### Desbloquear recursos financeiros para a transformação.

A implementação de políticas para a transformação dos sistemas alimentares exige reorientar as prioridades na alocação de recursos. Os governos podem agrupar atividades existentes, redirecionar subsídios para os setores agrícolas para se alinharem com os objetivos de saúde, proteção social e ambiente, introduzir impostos sobre alimentos com foco na saúde e alinhar os investimentos com as prioridades climáticas, de biodiversidade e econômicas. O ajuste dos subsídios agrícolas ou do imposto sobre o valor acrescentado pode reduzir os custos dos cuidados de saúde, melhorar os resultados de saúde e diminuir os impactos ambientais. O alinhamento estratégico dos investimentos permite que os governos coordenem múltiplas agendas de forma eficiente para gerar benefícios públicos.

Desenvolver roteiros de transformação de sistemas alimentares específicos para cada contexto, alinhados com as prioridades nacionais e outras estratégias e políticas relevantes. Transformar os sistemas alimentares exige ação coordenada entre os setores por meio de abordagens integradas que alinhem múltiplas ações e atores. A integração eficaz gerencia prioridades concorrentes, fortalece a governança ao longo dos ciclos políticos e equilibra viabilidade, eficácia e aceitabilidade pública.

2

#### Estabelecer conjuntos de ações e políticas específicos para cada contexto.

O potencial transformador se concretiza quando ações que se reforçam mutuamente são implementadas como conjuntos de ações adequados ao contexto. Os governos podem fortalecer sua capacidade de integrar, sequenciar e priorizar intervenções estabelecendo mecanismos institucionais que apoiem a colaboração intersetorial, como a coordenação entre ministérios, e estabelecendo parcerias mais estreitas com organizações de pesquisa.

4

#### Fortalecer a liderança política e as estruturas de governança.

Transformar os sistemas alimentares exige uma forte liderança política e ação coordenada entre os setores. Os governos podem integrar sistematicamente agricultura, meio ambiente, saúde e nutrição, infraestrutura, energia, crescimento e equidade em políticas, como estratégias alimentares nacionais. Uma governança forte também requer uma supervisão legislativa robusta e mecanismos transparentes de acompanhamento orçamentário. Os parlamentos desempenham um papel fundamental na responsabilização dos ministérios, especialmente quando os quadros de monitorização estão incorporados na lei e os orçamentos estão vinculados a indicadores de desempenho claros. Os governos também podem monitorizar a forma como a indústria de alimentos responde às mudanças nas políticas, para evitar consequências indesejadas e garantir que as políticas produzam os resultados pretendidos.

Além disso, o fortalecimento da responsabilidade social, por meio do monitoramento cidadão, coletivos de mulheres pelos direitos à alimentação e indicadores comunitários, empodera comunidades marginalizadas, aumenta a transparência, constrói confiança e garante que as medidas fiscais apoiem resultados equitativos e relevantes para o sistema alimentar local.

A

## Exemplos de países

Em julho de 2025, 128 países desenvolveram planos nacionais de transformação dos sistemas alimentares em coordenação com o Centro de Coordenação de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, e 155 países nomearam coordenadores nacionais para supervisionar esses esforços. Notavelmente, 39 países atualizaram seus planos em planos de implementação acionáveis, e 112 países apresentaram voluntariamente relatórios de progresso em 2025, refletindo um compromisso crescente com a transformação sustentável dos sistemas alimentares.

### Brasil

O Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas do Brasil foi desenvolvido por meio de colaboração participativa e intersetorial para alinhar políticas entre setores e níveis de governo, fomentando ações integradas em prol de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, promovendo, ao mesmo tempo, justiça climática, o Direito Humano à Alimentação Adequada e segurança alimentar e nutricional. O documento estabelece caminhos estratégicos para a transformação dos sistemas alimentares, incluindo transições agroecológicas, uso sustentável da terra, segurança hídrica, biodiversidade, cidades resilientes, ambientes alimentares saudáveis, redução de perdas e desperdício de alimentos e investimentos em ciência, tecnologia e inovação, reconhecendo o abastecimento alimentar como uma questão de soberania nacional.

### União Europeia

A Política Agrícola Comum da União Europeia visa transformar o sistema alimentar, garantir o futuro alimentar, alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e estabelecer um padrão global para a transformação alimentar. A sua mais recente reforma centra-se nos objetivos de sustentabilidade, proporcionando um apoio mais direcionado às pequenas propriedades agrícolas e permitindo maior flexibilidade aos países da UE para adaptarem as medidas às condições locais. A Visão para a Agricultura e a Alimentação define um roteiro para construir um setor agroalimentar competitivo, resiliente e atrativo para as gerações presentes e futuras. Visa melhorar o rendimento dos agricultores, reforçar a capacidade de enfrentar a concorrência e os choques globais e desenvolver um setor preparado para o futuro, que funcione dentro dos limites planetários e valorize a alimentação, restabelecendo a ligação entre a agricultura, a alimentação e os territórios.

### Suíça

O Plano Nacional da Suíça para a Transformação dos Sistemas Alimentares mobiliza o governo, as cidades, o setor privado, a academia e a sociedade civil para alcançar sistemas alimentares sustentáveis. Utilizando uma abordagem intersetorial e interdisciplinar, integra nutrição, saúde, clima, agricultura e ajuda internacional. As principais metas para 2030 incluem 30% da população consumindo uma dieta saudável, reduzir pela metade as perdas e o desperdício de alimentos, reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes do sistema alimentar em 30% e aumentar em 30% o número de agricultores engajados em práticas sustentáveis.

### Nepal

O Plano Nacional de Transformação do Sistema Alimentar do Nepal, desenvolvido em conjunto com diversos atores governamentais e não governamentais, compreende seis Linhas de Ação. Juntas, essas ações visam criar um sistema alimentar mais inclusivo, sustentável e resiliente para as gerações atuais e futuras.

### United Kingdom

A nova estratégia alimentar do governo do Reino Unido, lançada em julho de 2025, introduz a estrutura do “Ciclo Alimentar Sustentável”, com o objetivo de transformar o sistema alimentar do país. Esta estratégia define dez resultados prioritários para melhorar a segurança alimentar, promover dietas mais saudáveis e fomentar cadeias de abastecimento sustentáveis. Ela enfatiza a colaboração entre setores, incluindo agricultura, saúde e educação, para criar um ambiente alimentar resiliente e equitativo para todos os cidadãos.

### Etiópia

A estratégia integrada de alimentação e nutrição da Etiópia une governo, sociedade civil, setor privado e parceiros internacionais. Por meio de diálogos políticos inclusivos e avaliações jurídicas, estão estabelecendo um Conselho de Sistemas Alimentares e Nutrição para fortalecer a coordenação multissetorial, amplificar as vozes da comunidade, garantir a responsabilização e acelerar os esforços para reduzir a subnutrição e alcançar a fome zero até 2030.

### México

O México adotou uma nova Lei Geral de Alimentação Adequada e Sustentável (*Ley general de Alimentación Adecuada y Sostenible*) para enfrentar doenças crônicas não transmissíveis e promover a sustentabilidade ambiental. Essa lei traduz o direito constitucional mexicano à alimentação saudável, suficiente e de qualidade, previsto no Artigo 4º, em um arcabouço legislativo prático. Ela consagra o direito humano à alimentação, elevando-o para incluir a nutrição saudável e sustentável.

### Tanzânia

O Plano Nacional da Tanzânia para a Transformação dos Sistemas Alimentares, desenvolvido por meio de um processo multissetorial e com múltiplas partes interessadas, incorporou a responsabilização por meio de um Comitê Diretivo Nacional presidido pelo Gabinete do Primeiro-Ministro. Este modelo demonstra a importância de ancorar a coordenação dos sistemas alimentares em estruturas políticas de alto nível, com forte participação parlamentar.

### Vietnã

A transformação do sistema alimentar do Vietnã para 2030 visa a garantir a segurança alimentar e nutricional, elevar o rendimento rural, reduzir a pobreza, proteger o ambiente, adaptar-se às alterações climáticas e promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os principais objetivos incluem triplicar os rendimentos rurais, reduzir o nanismo para menos de 15% e a desnutrição aguda para menos de 3% das crianças, impulsionar as exportações para mais de 30 mil milhões de dólares, expandir a agricultura biológica, reduzir as perdas pós-colheita e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 10%, ao mesmo tempo que se reforça a resiliência a desastres e a saúde pública.

B

## Transição para dietas saudáveis

6

### **Utilizar impostos e subsídios para encarecer alimentos e bebidas não saudáveis e tornar as opções mais saudáveis mais acessíveis.**

Os parlamentos e as autoridades locais podem desempenhar um papel fundamental no alinhamento de instrumentos fiscais com leis, orçamentos e supervisão nas áreas da saúde, agricultura e educação. As políticas podem ser adaptadas para apoiar ambientes alimentares saudáveis e prioridades de equidade.

8

### **Aumentar o poder de compra das famílias, particularmente no quintil mais baixo de renda, por meio de proteção social, criação de empregos, redes de segurança alimentar e legislação de salário digno.**

Reconhecer a importância de aumentar o poder de compra, em vez de reduzir os preços dos alimentos, melhora a acessibilidade alimentar. Medidas para fortalecer o poder de compra das famílias, especialmente para os grupos de renda mais baixa, incluem a expansão de programas de proteção social, a criação de oportunidades de emprego, a implementação de legislação sobre salário digno e a garantia de acesso a redes de segurança alimentar. Juntas, essas ações reduzem a desigualdade, melhoram a acessibilidade aos alimentos, tornam dietas saudáveis e sustentáveis mais acessíveis e aumentam a resiliência contra choques e vulnerabilidades econômicas.

10

### **Garantir o acesso universal à água potável para consumo humano e produção de alimentos por meio de tecnologias sociais simples e de baixo custo.**

Os governos podem garantir o acesso universal à água potável para consumo humano e produção de alimentos, a custo zero ou baixo, utilizando tecnologias de baixo custo e baseadas na comunidade. Tornar a água potável universalmente disponível por meio de políticas públicas de saúde e alimentação reduz a exposição a água potável contaminada e insegura, bem como a dependência de bebidas açucaradas, protege a saúde pública e garante a segurança hídrica, um fundamento para sistemas alimentares justos.

As dietas saudáveis deveriam ser mais acessíveis, econômicas, convenientes, desejáveis, apelativas e saborosas do que as alternativas não saudáveis. Intervenções no ambiente alimentar contextualmente relevantes podem incentivar os consumidores a adotar dietas saudáveis.

7

### **Combinar restrições de marketing com rótulos de advertência obrigatórios para alimentos não saudáveis.**

Os governos podem limitar o marketing de alimentos não saudáveis, especialmente para crianças, ao mesmo tempo que implementam a rotulagem frontal obrigatória para destacar o alto teor de calorias, açúcar, gordura e sal. Os regulamentos também podem abranger alimentos informais e não embalados, apoiados por ferramentas de fiscalização e campanhas de educação do consumidor específicas para cada contexto, incluindo materiais para populações com baixo nível de alfabetização.

9

### **Investir em estratégias e intervenções que aumentem a demanda por alimentos saudáveis.**

Os governos podem impulsionar a demanda por opções saudáveis apoiando incentivos de publicidade e marketing para alimentos nutritivos (por exemplo, cupons ou pontos de fidelidade vinculados a frutas e vegetais), realizando campanhas de nutrição voltadas para jovens, fortalecendo a educação alimentar e nutricional nas escolas e promovendo a inovação culinária por meio da mídia e programas de culinária. Os governos também podem fornecer incentivos para que varejistas de alimentos, restaurantes e prestadores de serviços de alimentação ofereçam opções mais saudáveis como padrão ou a um custo menor. Esses esforços podem ser financiados por meio de impostos sobre alimentos não saudáveis ou sobre a publicidade e o marketing desses produtos.

## B

## Exemplos de países:

No início de 2025, mais de 130 jurisdições em quase 120 países e territórios adotaram impostos sobre bebidas açucaradas para reduzir o consumo de açúcar e combater a obesidade e doenças relacionadas. A OMS lançou a iniciativa "3 por 35", com foco em tabaco, álcool e bebidas açucaradas, para reduzir as mortes e gerar recursos. A OMS também fornece um painel de indicadores de açúcar para acompanhar o progresso dos países na redução do consumo de açúcar e avaliar a eficácia das políticas nacionais. Entre os países que adotaram impostos sobre bebidas açucaradas recentemente estão a [África do Sul](#) e o [Vietnã](#).

### Brasil

No Brasil, os itens da nova Cesta Básica Nacional terão alíquota zero ou redução de 60%. A emenda constitucional de 2023 e o Decreto nº 11.936/2024 definem os alimentos elegíveis para essas alíquotas, priorizando itens frescos e minimamente processados, como arroz, feijão, leite, frutas e verduras. Além disso, bebidas açucaradas estarão sujeitas ao Imposto Seletivo para desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde. Essas medidas, que iniciam um período de transição em 2026 com implementação plena prevista para 2033, promovem dietas mais saudáveis e promovem o direito humano a alimentação adequada.

O [Programa Cisternas](#) do Brasil, criado em 2003 e regulamentado pela Lei nº 12.873/2013, oferece tecnologias de acesso à água a baixo custo para famílias rurais de baixa renda e instalações públicas afetadas pela seca. Priorizando comunidades tradicionais, o programa exige inscrição no Cadastro Único do Governo Federal. Até o momento, beneficiou 1.4 milhão de famílias em 1.500 municípios em 21 estados, apoiando o consumo, a agricultura e a resiliência.

### Suíça

O [estudo True Cost da Suíça](#) revelou que dietas pouco saudáveis custam CHF 17 bilhões em perdas de produtividade, orientando políticas direcionadas ao sistema alimentar. O estudo sugere a identificação de pontos de entrada para ação por meio dos "produtores de custo" (ou seja, aqueles responsáveis por levar as pessoas a escolherem dietas pouco saudáveis), identificando os fatores subjacentes, bem como as interdependências relevantes.

### México

No México, o [Prospera](#) (antigo "Oportunidades"), um amplo programa de transferência de renda condicionada, aumentou o poder de compra das famílias, fornecendo dinheiro para famílias de baixa renda, condicionado à frequência escolar e a exames de saúde. As famílias também receberam apoio alimentar e suplementos nutricionais, ajudando a reduzir a pobreza, melhorar a diversidade alimentar e fortalecer a segurança alimentar para as famílias mais pobres.

### União Europeia

Onze países da UE implementaram impostos sobre o açúcar. A Finlândia implementou campanhas educativas para promover hábitos de consumo mais saudáveis. A Dinamarca mobilizou chefs para colocar em prática a Nova Dieta Nórdica. Para incentivar o consumo saudável, a Espanha implementou uma isenção temporária de IVA de 0% sobre frutas e vegetais, enquanto a França está testando fundos alimentares geridos pelos cidadãos.

### África do Sul

Na Ruanda e na África do Sul, a rotulagem nutricional frontal das embalagens e a reforma da política de alimentação escolar estão sendo implementadas em caráter experimental para enfrentar a obesidade infantil e a exposição a alimentos ultraprocessados. Esses esforços incluem a cocriação por jovens e a defesa de direitos no ambiente digital.

A [política nacional de Linha de Pobreza Alimentar e Cesta Básica](#) da África do Sul define o custo mínimo de uma dieta nutritiva e orienta medidas de proteção social, como o Auxílio-Criança, a Pensão por Idade Avançada e outras transferências de renda. Ao vincular o apoio à renda familiar ao custo real dos alimentos, a política fortalece o poder de compra, especialmente para famílias de baixa renda.

### Reino Unido

Lançada em 2017, a iniciativa [Peas Please](#) do Reino Unido, conduzida pela [The Food Foundation](#) com parceiros governamentais e da sociedade civil, incentiva um maior consumo de vegetais, especialmente entre crianças e grupos de baixa renda. Mais de 100 organizações ofereceram apoio, distribuindo 1,1 bilhão de porções extras de vegetais. O programa promove sabor, acessibilidade, visibilidade, variedade e sustentabilidade, ao mesmo tempo que envolve escolas, comunidades e instituições públicas para tornar os vegetais mais acessíveis e atraentes. A iniciativa "5 por Dia" incentiva o consumo de pelo menos cinco porções de frutas e vegetais diariamente, fornecendo orientações públicas, campanhas educativas e recursos para tornar as escolhas saudáveis mais fáceis e acessíveis.

### Vietnã

O plano de transformação alimentar do Vietnã para 2030 visa a garantir a segurança alimentar e nutricional, elevar o rendimento rural, reduzir a pobreza, proteger o ambiente, adaptar-se às alterações climáticas e promover os ODSs. Os principais objetivos incluem triplicar os rendimentos rurais, reduzir o anismo para menos de 15% e a desnutrição aguda para menos de 3% das crianças, impulsionar as exportações para mais de 30 mil milhões de dólares, expandir a agricultura biológica, reduzir as perdas pós-colheita e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 10%, ao mesmo tempo que se reforça a resiliência a desastres e a saúde pública.

### Quênia

O [Quênia desenvolveu seu Modelo de Perfil Nutricional](#), que classifica os alimentos de acordo com sua composição nutricional para apoiar políticas e intervenções de saúde pública.

C

## Proteger e promover dietas saudáveis e tradicionais

11

### Reconhecer e incluir alimentos e dietas tradicionais saudáveis nas diretrizes alimentares e nos programas de compras públicas.

Os governos podem garantir que as diretrizes alimentares e os programas de compras públicas promovam cozinhas regionais tradicionais e saudáveis, culturas nativas e pratos tradicionais. Priorizar o abastecimento local e expandir a alimentação escolar com produtos locais e iniciativas semelhantes em instituições públicas pode melhorar a nutrição, criar mercados estáveis para pequenos agricultores e agricultores familiares e reforçar hábitos alimentares culturalmente apropriados, ao mesmo tempo que alinha os objetivos de abastecimento, saúde e desenvolvimento rural.

A alimentação saudável está alinhada com muitas culturas e cozinhas tradicionais e, embora nem todas as dietas tradicionais sejam inerentemente saudáveis ou sustentáveis na sua forma atual, frequentemente incorporam uma profunda ligação ao ambiente local, à biodiversidade, às práticas agrícolas, às crenças culturais e às adaptações de longa data aos recursos disponíveis. Os padrões alimentares saudáveis e tradicionais que correm o risco de se perderem devem ser identificados, promovidos e protegidos no contexto das transições nutricionais em curso e da rápida ascensão dos alimentos ultraprocessados.

12

### Apoiar os mercados e cadeias de valor locais para promover a demanda do consumidor por culturas saudáveis, produzidas localmente e subutilizadas.

Os governos podem se coordenar com os comitês de mercado locais para identificar alimentos saudáveis, produzidos de forma sustentável e culturalmente relevantes, cultivados localmente. Ao desenvolver cadeias de valor, melhorar as plataformas logísticas, aumentar a visibilidade e a promoção desses alimentos, os países podem expandir o acesso do consumidor e estimular a demanda por culturas saudáveis e subutilizadas.

C

## Exemplos nacionais:

### Brasil

O Programa SocioBio Mais do Brasil, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, garante preços mínimos para 17 produtos florestais não madeireiros por meio do Programa de Garantia de Preços de Mercados Florestais (PGPMBio). O programa prevê bônus fixos ou subsídios variáveis, dependendo do produto. Ao estabilizar a renda e reduzir a dependência de intermediários, apoia comunidades extrativistas e promove o uso sustentável dos recursos.

As Cozinhas Solidárias no Brasil são iniciativas da sociedade civil que se multiplicaram durante a pandemia de Covid-19 para promover a segurança alimentar de pessoas vulneráveis. Em 2023, o Governo Federal formalizou a iniciativa e passou a cofinanciá-la, fornecendo alimentos in natura e minimamente processados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um arranjo de compras públicas. Mais de 2.600 cozinhas foram mapeadas e mais de 1.300 são elegíveis para receber fundos ou alimentos para continuar oferecendo refeições saudáveis às pessoas mais vulneráveis, especialmente em grandes áreas urbanas.

### União Europeia

O Programa Escolar da UE visa a apoiar a produção viável de alimentos e promover hábitos alimentares saudáveis, incentivando o consumo de frutas e vegetais, leite e certos produtos lácteos nas escolas. Ele apoia a distribuição de produtos, medidas educativas e informativas. A Comissão também está trabalhando para aprimorar a legislação de compras públicas para incentivar o consumo de produtos locais e sazonais e alimentos com altos padrões ambientais e sociais, incluindo produtos orgânicos e alimentos originários de cadeias de abastecimento mais curtas, garantindo preços mais justos para agricultores e pescadores e melhor acesso a produtos frescos e sazonais para os consumidores.

### Suíça

Fontes de proteína vegetal foram incluídas nas Recomendações Alimentares Suíças e em uma pirâmide alimentar visual relacionada.

## D

## Implementar a intensificação sustentável e ecológica

13

**Garantir que os produtores tenham acesso equitativo a uma governança aprimorada sobre a terra, o mar, os insumos de produção, o treinamento e a extensão agrícola, as redes de conhecimento entre parceiros e os mercados.**

Os governos podem fornecer aos produtores acesso a insumos de produção, treinamento, redes de parceiros e mercados, incluindo vendedores informais e agentes de mercado. Medidas inclusivas, como microfinanças, infraestrutura de higiene e armazenamento e programas de capacitação, podem fortalecer as economias alimentares informais, melhorar a segurança alimentar, aprimorar os meios de subsistência e construir resiliência.

15

**Aumentar o investimento para a transição para a intensificação sustentável e ecológica.**

Os governos podem aumentar os investimentos públicos e privados para cobrir os custos de transição, incluindo pesquisa e desenvolvimento de inovações específicas para cada contexto. Esses investimentos devem garantir o acesso a máquinas, equipamentos e ferramentas digitais adaptadas para pequenos agricultores e agricultores familiares, reduzindo a demanda por mão de obra e evitando o endividamento. As compras públicas também podem ser usadas estrategicamente para ampliar o acesso a alimentos saudáveis e culturalmente adequados, criando mercados estáveis que promovam práticas agroecológicas e outras práticas sustentáveis.

As práticas de intensificação sustentável e ecológica oferecem um potencial considerável para reduzir o impacto ambiental da produção de alimentos sem afetar negativamente os rendimentos, aumentando a eficiência do uso de recursos.

14

**Apoiar coalizões de produtores e subsídios para práticas sustentáveis e regular a influência corporativa.**

Os governos podem apoiar coalizões de produtores, fornecer subsídios diretos para práticas sustentáveis e regular a concentração corporativa, o comércio internacional e a financeirização para reduzir os desequilíbrios de poder entre pequenos produtores, agricultores familiares e grandes corporações. O empoderamento de distritos e municípios é fundamental para abordar as assimetrias de poder arraigadas e alcançar resultados equitativos e relevantes localmente.

16

**Empoderar campanhas lideradas por jovens e empreendimentos sociais para impulsionar normas alimentares positivas.**

Os governos podem criar espaços favoráveis para campanhas lideradas por jovens, empreendimentos sociais e iniciativas criativas — por meio da mídia, plataformas digitais e clubes escolares — que promovam normas alimentares saudáveis e enfrentem a influência do *marketing* de alimentos não saudáveis. Além disso, os governos podem implementar políticas que tornem a agricultura um meio de subsistência viável e atraente para os jovens, garantindo rendimentos dignos e oportunidades de longo prazo nos setores de alimentos e agricultura.

## D

## Exemplos nacionais:

### Brasil

Os programas de reforma agrária e agricultura familiar do Brasil ajudam a garantir direitos de posse da terra e acesso ao mercado para os agricultores familiares. Políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (**PRONAF**) oferecem crédito, capacitação e serviços de extensão rural, enquanto o Programa de Aquisição de Alimentos (**PAA**) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (**PNAE**) fortalecem a segurança alimentar e nutricional e criam mercados estáveis, comprando alimentos diretamente de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais. O PAA abastece diversas instituições, como escolas públicas, cozinhas comunitárias, hospitais públicos, Forças Armadas e programas sociais, redistribuindo alimentos in natura e locais para populações vulneráveis, ao mesmo tempo que promove a agricultura sustentável e o desenvolvimento local. Essas medidas fortalecem a governança dos produtores, melhoram os meios de subsistência e promovem o desenvolvimento rural sustentável e inclusivo.

O programa **Quintais Produtivos do Brasil** promove a produção diversificada de alimentos durante todo o ano, práticas agroecológicas e o empoderamento econômico das mulheres rurais. Ele oferece capacitação, insumos, infraestrutura hídrica e acesso ao mercado para produtoras. Com foco principal no apoio ao consumo doméstico e aos mercados locais, o programa visa a estabelecer 90.000 hortas até 2026, reforçando a segurança alimentar, a resiliência climática e o desenvolvimento rural inclusivo.

### Índia

Em Andhra Pradesh, na Índia, o programa Agricultura Natural Gerida pela Comunidade (**APCNF**) fortalece a governança dos agricultores sobre a terra e os sistemas de produção. Ele promove a agricultura sem o uso de produtos químicos, oferece acesso a treinamentos e redes de aprendizagem entre pares e conecta os produtores aos mercados por meio de cooperativas lideradas por agricultores. Ao aprimorar habilidades, reduzir a dependência de insumos e melhorar o acesso ao mercado, o APCNF empodera os pequenos agricultores, ao mesmo tempo que fomenta meios de subsistência sustentáveis e resilientes.

### União Europeia

Como parte da sua **Visão para a Agricultura e Alimentação**, a Comissão Europeia anunciou planos para criar um Observatório da UE sobre Terras Agrícolas. O Observatório terá como objetivo melhorar a transparência e a cooperação em áreas como transações de terras e transferências de direitos de uso da terra, tendências de preços e comportamento do mercado, alterações no uso da terra e perda de terras agrícolas e naturais. Também ajudará os Estados-Membros a tomar decisões informadas sobre a regulamentação dos seus mercados de terras agrícolas.

As normas **GAEC da UE** vinculam os pagamentos agrícolas a práticas sustentáveis, melhorando o acesso equitativo à formação e aos recursos, capacitando a governança local e apoiando as transições dos pequenos agricultores através do investimento e da inovação. Também priorizam os jovens agricultores, promovendo meios de subsistência justos e sistemas alimentares sustentáveis por meio da responsabilização e do cumprimento das normas ambientais. Por exemplo, a Norma 8 da GAEC exige que os agricultores dediquem uma parte mínima das suas terras aráveis a áreas e características não produtivas, fazendo eco ao Limite de Integridade do Ecossistema da Comissão **EAT-Lancet**, que recomenda a retenção de 20-25% de habitat seminatural por km<sup>2</sup>.

### México

O México institucionalizou a agroecologia por meio de programas nacionais, treinamento universitário e iniciativas de apoio aos agricultores. Programas como o **SIVAP** oferecem serviços de extensão rural e compartilhamento de conhecimento entre pares, enquanto universidades como a Universidad Autónoma Agraria Antonio Narro (**UAAAN**) treinam futuros profissionais da agricultura em práticas sustentáveis. Incentivos financeiros, incluindo programas como o **PROCAMPO**, incentivam os agricultores a adotar métodos agroecológicos. Organizações de agricultores, como a **ANEC**, fortalecem a governança, reduzem a dependência de insumos e promovem a tomada de decisões coletivas, apoiando sistemas de produção resilientes e sustentáveis e meios de subsistência rurais em todo o país.

### Malawi e Uganda

No **Malawi** e em **Uganda**, plataformas nacionais de coordenação nutricional foram formalmente estabelecidas por meio de diretrizes presidenciais ou do primeiro-ministro. Na **Tanzânia**, grupos parlamentares estão trabalhando em diversos setores para monitorar o progresso em direção ao ODS 2, fortalecendo a colaboração e a supervisão intersetorial.

## E

## Interromper a conversão agrícola de ecossistemas intactos.

17

### Combinar medidas regulatórias que protejam os ecossistemas e reduzam o vazamento da expansão de terras.

Os governos podem fortalecer a proteção dos ecossistemas naturais por meio de ferramentas como a suspensão de concessões madeireiras, a aplicação do zoneamento do uso da terra e a coordenação entre os setores para evitar que a expansão agrícola se desloque para áreas vulneráveis. Essas medidas podem ser incorporadas em abordagens integradas de gestão da paisagem que abordem terra, água e biodiversidade, e projetadas com a participação significativa das comunidades interessadas.

19

### Aumentar os compromissos multissetoriais com o desmatamento zero e a conversão zero de ecossistemas intactos.

Os governos podem exigir e aplicar o desmatamento zero e a conversão zero de ecossistemas intactos em todas as cadeias de suprimento de alimentos, apoiados por prestação de contas e monitoramento claros. Alinhar a expansão agrícola com compromissos globais, como o Acordo de Paris sobre o Clima e o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, ajuda a proteger a biodiversidade, estabilizar o clima e garantir a produção de alimentos a longo prazo dentro dos limites planetários. Mudanças em direção a dietas saudáveis, melhorias nas práticas de produção e reduções nas perdas e desperdícios de alimentos podem reduzir ainda mais a pressão sobre a terra e viabilizar esses compromissos.

21

### Restaurar a biodiversidade e as funções dos ecossistemas.

Os governos podem priorizar a restauração de terras, florestas e águas degradadas para reconstruir a biodiversidade e as funções dos ecossistemas. Os esforços de restauração contribuem para benefícios ambientais como o sequestro de carbono, a regulação dos ciclos da água, a expansão do habitat para a biodiversidade, espaços recreativos e a restauração de terras e práticas indígenas.

Ecossistemas intactos abrangem ambientes naturais que permanecem em grande parte intocados pela atividade humana. Combinar políticas regulatórias, gestão comunitária e compromissos e coordenação multissetoriais para restringir a conversão em nível global.

18

### Investir na gestão comunitária de ecossistemas locais, incluindo comunidades indígenas e jovens.

Os governos podem investir em modelos de gestão de ecossistemas públicos, como reservas e parques nacionais, garantindo que os povos indígenas e os jovens sejam totalmente incluídos em seu planejamento e gestão. Tais modelos de governança podem salvaguardar a biodiversidade, defender os direitos e o conhecimento cultural, criar meios de subsistência sustentáveis e alinhar a conservação com a resiliência a longo prazo e a justiça dos sistemas alimentares.

20

### Incentivar o planejamento de sistemas alimentares em nível de paisagem que combine produtividade agrícola, proteção de bacias hidrográficas e governança de recursos liderada pela comunidade.

Os governos podem estabelecer e fazer cumprir a meta de desmatamento zero e de não conversão de ecossistemas intactos em todas as cadeias de suprimento de alimentos, com base em mecanismos claros de responsabilização e monitoramento. Alinhar a expansão agrícola a compromissos globais, como o Acordo de Paris e o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, contribui para proteger a biodiversidade, estabilizar o clima e garantir a produção de alimentos no longo prazo dentro dos limites planetários. Mudanças em direção a dietas saudáveis, melhorias nas práticas produtivas e a redução das perdas e do desperdício de alimentos podem ainda diminuir a pressão sobre a terra e viabilizar o cumprimento desses compromissos.

## E

## Exemplos de países:

### Etiópia

Na Etiópia e no Nigéria, iniciativas de regeneração natural e agroflorestamento geridas por agricultores restauraram terras degradadas, ao mesmo tempo que melhoraram a segurança alimentar e a resiliência.

### União Europeia

Na União Europeia, a Lei de Restauração da Natureza é um regulamento abrangente que visa restaurar ecossistemas degradados em toda a UE. Ela estabelece metas vinculativas para restaurar pelo menos 20% das áreas terrestres e marítimas da UE até 2030 e todos os ecossistemas até 2050. A lei faz parte da estratégia mais ampla da UE para a biodiversidade e dos esforços de mitigação das alterações climáticas.

### África do Sul

Na África do Sul, o Programa de Gestão de Áreas Comunitárias para Recursos Indígenas (CAMPFIRE) é um exemplo notável de gestão comunitária de recursos naturais (GCRN). Este programa permite que as comunidades utilizem os recursos de forma sustentável dentro dos parques nacionais, como a colheita de capim para esteiras e vassouras, mantendo assim a atividade econômica e as práticas culturais. O CAMPFIRE enfatiza a governança comunitária, a partilha equitativa dos benefícios e o uso sustentável dos recursos, alinhando-se com os objetivos mais amplos da GCRN.

## F

## Reduzir as perdas e o desperdício de alimentos

Cerca de um terço dos alimentos produzidos não é consumido. As perdas e o desperdício ao longo da cadeia alimentar ocorrem por diferentes motivos. As intervenções devem buscar prevenir as perdas e o desperdício de alimentos; mas, quando inevitáveis, devem consultar a hierarquia da gestão da reciclagem para otimizar os retornos financeiros e ambientais.

22

### **Melhorar o armazenamento, a logística e os dados e análises da cadeia de suprimentos, especialmente em contextos de baixa renda.**

Os governos podem fortalecer os sistemas alimentares investindo em melhorias no armazenamento, transporte e infraestrutura da cadeia de suprimentos, garantindo que os alimentos perecíveis cheguem aos mercados com segurança e eficiência. Aprimorar o desenvolvimento e o uso de sistemas de dados e análises em toda a cadeia de suprimentos, como o rastreamento de estoque, demanda e distribuição, ajuda a reduzir as perdas pós-colheita e o desperdício de alimentos. Priorizar esses investimentos em contextos de baixa renda aumenta a segurança alimentar, o acesso ao mercado e a resiliência dos pequenos produtores e agricultores familiares.

24

### **Reciclar nutrientes e energia, priorizando a alimentação animal e a recuperação de resíduos agrícolas.**

Os formuladores de políticas podem apoiar a reciclagem de nutrientes e energia criando incentivos para que agricultores e agroindústrias convertam resíduos alimentares e agrícolas em ração animal, bioinsumos ou bioenergia. Eles podem financiar

23

### **Reduzir o desperdício no varejo e entre o consumidor por meio da conscientização, educação e treinamento de habilidades, especialmente em contextos de alta renda.**

Os formuladores de políticas podem impulsionar a redução do desperdício de alimentos no varejo e entre o consumidor financiando campanhas de conscientização pública e integrando a alfabetização alimentar e as habilidades de redução de desperdício em programas escolares e educacionais. Eles podem estabelecer padrões e incentivos para que os varejistas minimizem o excedente, melhorem a rotulagem e promovam a doação ou redistribuição de alimentos não vendidos. Em contextos de alta renda, essas políticas incentivam a mudança de comportamento e criam as condições sistêmicas necessárias para padrões de consumo mais sustentáveis.

pesquisas, infraestrutura e programas de treinamento que facilitem a recuperação de resíduos agrícolas e práticas seguras de reciclagem. O estabelecimento de estruturas regulatórias claras que incentivem o uso circular de recursos fortalece a resiliência agrícola, reduz a poluição ambiental e aprimora a sustentabilidade geral do sistema alimentar.

## F

## Exemplos nacionais:



### União Europeia

A Diretiva-Quadro de Resíduos da UE promove a prevenção, a reciclagem e a recuperação de resíduos, garantindo a proteção ambiental. A revisão de 2023 da Diretiva-Quadro de Resíduos exige que os Estados-Membros reduzam o desperdício de alimentos até 2030: 10% no processamento e fabricação e 30% per capita no varejo e no consumo (incluindo restaurantes, serviços de alimentação e residências). A revisão formal do progresso será feita pelos Estados-Membros até o final de 2027, seguida de uma revisão pela Comissão Europeia.

A Estratégia de Bioeconomia da UE, prevista para o final de 2025, se propõe a acelerar o desenvolvimento de uma bioeconomia europeia sustentável. Busca, além disso, garantir a segurança alimentar e nutricional, gerir os recursos naturais de forma sustentável, reduzir a dependência de recursos não renováveis e insustentáveis, limitar e adaptar-se às alterações climáticas, fortalecer a competitividade europeia e criar empregos. A implementação será orientada por um plano de ação (a ser definido).



### Brasil

O Brasil adota normas rigorosas de conservação nas suas Unidades de Armazenamento, com foco na redução das perdas de grãos e subprodutos. As práticas destacadas incluem a secagem e limpeza com parâmetros acima dos padrões de mercado, a higienização periódica dos armazéns, a eliminação adequada dos resíduos e a inspeção técnica contínua. Como resultado, as perdas médias mantêm-se em torno de 0,3% ao mês, uma taxa inferior à do armazenamento privado.

No Brasil, o Programa de Venda Direta em Balcão (ProVB) garante aos pequenos produtores o acesso aos estoques públicos de grãos em condições justas e diferenciadas em comparação com o mercado atacadista. O programa beneficia milhares de agricultores familiares e foi modernizado para incluir resíduos agrícolas e novos insumos para alimentação animal, aumentando a eficiência dos recursos e fortalecendo as cadeias de valor da carne, do leite e dos ovos. Em 2025, quase 86.000 toneladas de milho foram comercializadas, beneficiando mais de 15.000 produtores em 20 estados.

## G

## Garantir trabalho decente

O direito ao trabalho decente implica o direito de todos a viver com dignidade; a trabalhar em condições justas e favoráveis; a ter liberdade para escolher seu trabalho, com um salário que lhes permita viver e sustentar uma família; e a receber remuneração igualitária. É preciso atualizar, fortalecer e aplicar as proteções sociais e trabalhistas para garantir um trabalho seguro, digno e equitativo, sem discriminação.

25

### Garantir o pagamento de salários dignos atualizados para todos e eliminar a disparidade salarial entre gêneros.

Os governos podem garantir o pagamento de salários dignos atualizados para todos os trabalhadores e eliminar a disparidade salarial entre gêneros para abordar explicitamente a justiça nos sistemas alimentares. Marcos legais, como cartas nacionais de alimentação, legislação sobre o direito à alimentação e o reconhecimento formal dos direitos consuetudinários à terra, podem fornecer proteções aplicáveis aos direitos dos trabalhadores, abordar as desigualdades estruturais e incorporar a responsabilização na governança dos sistemas alimentares.

27

### Fortalecer a aplicação da legislação de proteção no local de trabalho e das redes de segurança social, contra a violência de gênero e o assédio sexual, as condições de saúde ocupacional e o trabalho infantil.

Os governos podem aplicar a legislação contra a violência de gênero, o assédio sexual, as condições de trabalho inseguras e o trabalho infantil nos sistemas alimentares. O objetivo é garantir proteções sociais inclusivas, abrangendo licença-maternidade, apoio à creche, direitos dos trabalhadores informais e apoio direcionado a microempresas alimentares lideradas por mulheres, para salvaguardar os trabalhadores e promover a participação equitativa.


26

### Oferecer treinamento para apoiar a reinserção profissional nas transições dos sistemas alimentares (especialmente para jovens, mulheres e força de trabalho atual).

Os governos podem aumentar a empregabilidade oferecendo programas universitários, treinamento profissional e desenvolvimento de habilidades na cadeia de valor intermediária, em áreas como armazenamento, manuseio e segurança alimentar. Direcionados a jovens, mulheres e trabalhadores atuais, esses programas melhoram a empregabilidade e apoiam sistemas alimentares mais seguros, eficientes e menos intensivos em mão de obra.

## G


## Exemplos de países:

 **Brasil**


A Política de Valorização do Salário-Mínimo do Brasil (Lei nº 14.663, de 2023) garante reajustes anuais do salário-mínimo, combinando a inflação (INPC) e um incremento real vinculado ao crescimento do PIB de dois anos antes. Ela restabelece os ganhos salariais reais, proporciona segurança jurídica e ajuda a preservar o poder de compra de alimentos e itens essenciais, apoiando famílias de baixa renda e a estabilidade econômica.

 **Canadá**

O Canadá oferece um Diploma de Estudos Vocacionais em agricultura e pecuária, proporcionando habilidades práticas para a força de trabalho. O programa pode incluir funções intermediárias na cadeia de valor, como armazenamento, manuseio e segurança alimentar (HACCP). Seu objetivo é aumentar a empregabilidade, apoiar a eficiência do sistema alimentar e criar oportunidades para jovens, mulheres e trabalhadores já atuantes no setor agroalimentar, possibilitando a transição para carreiras sustentáveis e resilientes.

 **Quênia**

Núcleos de “agroempreendedorismo” voltados para jovens no Quênia e na Tanzânia estão fomentando a inovação alimentar, como soluções inteligentes de armazenamento e processamento de alimentos saudáveis, ao mesmo tempo que conectam jovens empreendedores a mercados e mentoria empresarial.

 **União Europeia**

De 2023 a 2027, a UE introduziu a condicionalidade social na sua Política Agrícola Comum: os pagamentos da PAC estão vinculados ao cumprimento das normas laborais da UE, incentivando os beneficiários a melhorar as condições de trabalho nas explorações agrícolas.

## H

**Garantir voz e representação significativas**

28

**Garantir a existência de mecanismos que permitam a negociação coletiva por parte dos trabalhadores dos sistemas alimentares e dos agricultores, a fim de evitar desequilíbrios e práticas comerciais desleais.**

Os países podem estabelecer quadros jurídicos e institucionais que protejam o direito dos agricultores e dos trabalhadores dos sistemas agroalimentares de se organizarem, negociarem e participarem em negociações coletivas. O apoio às cooperativas, aos sindicatos e às associações de produtores através de assistência técnica e capacitação reforça o seu poder de negociação. As políticas que garantem normas laborais justas e um acesso equitativo ao mercado contribuem para a criação de um sistema alimentar mais inclusivo, resiliente e justo.

30

**Melhorar a transparência, a responsabilização e o acesso à informação.**

Os governos podem garantir que a sociedade civil, os formuladores de políticas, os consumidores e a indústria alimentícia tenham informações claras e compreensíveis sobre os impactos dos alimentos na saúde e no meio ambiente. Os países podem implementar políticas que fortaleçam as organizações da sociedade civil e protejam sua capacidade de monitorar e responsabilizar os atores. Eles podem institucionalizar mecanismos como auditorias sociais, relatórios públicos e monitoramento participativo para garantir a transparência. Investir em plataformas digitais simples e acessíveis que ajudem os cidadãos a acompanhar políticas e resultados, reforçando a responsabilização nos sistemas alimentares.

**Garantir voz e representação significativas é essencial para assegurar que os processos de tomada de decisão nos sistemas alimentares sejam mais democráticos e inclusivos. A transparência e o acesso à informação podem mitigar os desequilíbrios de poder.**

29

**Desenvolver estruturas legais e regulatórias para limitar a concentração de mercado e garantir a transparência no lobby.**

Os governos podem desenvolver estruturas legais e regulatórias para prevenir a concentração excessiva de mercado e proteger a implementação de políticas contra interferências da indústria. Eles também podem promover o desenvolvimento de associações e cooperativas entre agricultores familiares e pequenos produtores para ajudá-los a lidar com os desequilíbrios de mercado e incentivar reformas legislativas que protejam os direitos à terra, garantam a transparência na agricultura contratual e limitem a concentração de mercado dos principais atores agroalimentares.

31

## Melhorar a representação de mulheres e outros grupos sub-representados em posições de influência.

Para promover um sistema alimentar justo, mecanismos podem garantir que mulheres e outros grupos sub-representados ocupem posições de tomada de decisão reconhecidas, inclusive no governo. Promover a equidade de gênero, aumentando a representação das mulheres em cargos de liderança e tomada de decisão, fomenta uma governança mais inclusiva e representativa.

32

## Apoiar o desenvolvimento de conselhos de política alimentar descentralizados ou locais.

Os governos podem implementar conselhos de política alimentar locais para monitorar os resultados das políticas alimentares e participar dos processos orçamentários e parlamentares. Os Conselhos de Política Alimentar podem priorizar o monitoramento de resultados relacionados à justiça, como salários, igualdade de gênero, posse de terra e água e alocação de recursos, juntamente com impactos ambientais e de saúde, como exposição a pesticidas, erosão do solo e perda de biodiversidade. Isso garante a responsabilização, informa ajustes de políticas e ajuda a construir sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos.

H

## Exemplos de países:

### Brasil

O Programa Ecoforte do Brasil fortalece cooperativas e associações de agricultores familiares envolvidos em cadeias de valor agroecológicas e da sociobiodiversidade. Por meio de financiamento, assistência técnica e capacitação, aprimora o desempenho organizacional, comercial e ambiental, reforça a cooperação entre produtores e promove práticas sustentáveis, aumento da renda e maior acesso ao mercado para agricultores familiares e comunidades tradicionais.

### Equador

A iniciativa Circuitos Alternativos de Comercialização (CIALCO) do Equador conecta agricultores familiares e camponeses diretamente com os consumidores, eliminando intermediários. Ela melhora o rendimento dos agricultores, fortalece os sistemas alimentares locais e aumenta o acesso a produtos frescos, diversificados e acessíveis para as comunidades. Ao fomentar cadeias de abastecimento curtas e promover estruturas de mercado participativas, a CIALCO apoia meios de subsistência sustentáveis, segurança alimentar e economias rurais resilientes.

### União Europeia

Em 2019, a UE adotou a Diretiva sobre Práticas Comerciais Desleais para melhorar a posição tanto dos agricultores como das pequenas e médias empresas na cadeia de abastecimento alimentar. A legislação proíbe 16 práticas comerciais desleais. Medidas adicionais foram adotadas em 2024 para fortalecer a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento agroalimentar e reforçar a aplicação transfronteiriça contra práticas comerciais desleais. Isto inclui ações para impulsionar as organizações de produtores e para fornecer definições para “justas”, “equitativas” e “cadeias de abastecimento curtas”.

### Quênia, Senegal, México

No Quênia e no Senegal, os indicadores comunitários de desempenho e o orçamento participativo têm sido utilizados para melhorar a governança do sistema alimentar local, garantindo que os grupos de mulheres possam influenciar as decisões sobre mercados, segurança alimentar e orçamentos de nutrição.

O Direito à Alimentação foi incorporado às constituições nacionais, tal como legislado no Quênia e no México.

## I

## Reconhecer e proteger grupos marginalizados

33

### Implementar políticas de proteção social para apoiar grupos marginalizados e em situação de risco.

Os governos podem implementar políticas de proteção social, como transferências de renda, alimentação escolar, saúde e creches subsidiadas, obras públicas, pensões e programas integrados de subsistência, para apoiar mães, pessoas em situação de pobreza, idosos e pessoas com deficiência. Esses programas proporcionam alívio imediato e acesso a serviços, renda e capacitação, o que reduz a vulnerabilidade, melhora a nutrição e o bem-estar e possibilita mudanças transformadoras a longo prazo nos resultados econômicos, sociais e do sistema alimentar.

35

### Proteger o direito à alimentação adequada para pessoas em áreas de conflito.

Governos e parceiros podem fornecer ajuda alimentar humanitária, transferências de dinheiro e programas de nutrição para grupos vulneráveis, além de apoiar a produção local com sementes e ferramentas. Garantir cadeias de suprimentos seguras, acesso a mercados, salvaguardas legais e coordenação com agências da ONU e ONGs é essencial para assegurar o acesso imediato e manter ou reconstruir sistemas alimentares resilientes em meio a conflitos. Reservas alimentares estratégicas podem ser um mecanismo crucial para defender o direito humano ao acesso adequado e regular a alimentos suficientes.

## I

## Exemplos de países:



### Gana, Costa do Marfim, Tanzânia

Em Gana, Costa do Marfim e Tanzânia, os programas de alimentação escolar integram alimentos locais, como milho-painço, feijão e hortaliças folhosas, obtidos por meio de compras locais. Essas iniciativas melhoraram a frequência escolar e a qualidade da dieta, ao mesmo tempo que apoiaram os produtores locais e fortaleceram os sistemas alimentares comunitários.



### União Europeia

O programa da União Europeia, Fundo Europeu de Ajuda aos Mais Carentes (FEAD), visa fornecer alimentos e assistência material básica a indivíduos vulneráveis, ajudando-os a dar os primeiros passos para sair da pobreza e da exclusão social.



### Vietnã

O Vietnã está promovendo uma lei específica sobre nutrição escolar para padronizar as refeições, apoiando o desenvolvimento físico e intelectual das crianças durante seus anos de formação.

Incorporar a justiça nos processos de tomada de decisão garante que a responsabilidade pela defesa de direitos não recaia desproporcionalmente sobre os grupos marginalizados. Adotar princípios de cocriação pode melhorar a eficácia da concepção e implementação de intervenções de apoio.

34

### Promover e implementar refeições saudáveis e sustentáveis em escolas e outras instituições públicas.

Os governos podem estabelecer padrões e diretrizes que garantam que as refeições em escolas e instituições públicas sejam nutritivas (por exemplo, alinhadas ao DSP), de origem local e ambientalmente sustentáveis. Eles podem fornecer financiamento, treinamento e suporte técnico para implementar esses padrões de forma eficaz e garantir que os processos de aquisição priorizem fornecedores sustentáveis e agricultores locais, de pequena escala e familiares. Essas políticas melhoram a saúde pública, fortalecem os sistemas alimentares locais e promovem práticas agrícolas sustentáveis.



### Brazil

No Brasil, a Lei da Alimentação Escolar exige que pelo menos 30% dos recursos destinados à merenda escolar sejam gastos em produtos de agricultores familiares, priorizando comunidades rurais marginalizadas. Isso garante refeições mais frescas e de origem local para os alunos, ao mesmo tempo que fortalece as cadeias curtas de suprimentos, promove dietas adequadas e saudáveis e fomenta o desenvolvimento rural sustentável por meio de um mercado institucional garantido para pequenos produtores. Complementando isso, o Decreto nº 11.821/2023 estabelece o marco nacional para a promoção da alimentação adequada e saudável em ambientes escolares, fornecendo diretrizes para proteger crianças e adolescentes da influência comercial de alimentos ultraprocessados. Além disso, a Resolução CD/FNDE nº 3/2025, que atualizou as diretrizes de 2020, estabelece uma redução progressiva que limita a compra de alimentos ultraprocessados a 10% até 2026.

A política de estoques de alimentos do Brasil estabiliza os preços e apoia os agricultores comprando excedentes durante as colheitas e liberando estoques durante períodos de escassez. Isso reduz a volatilidade do mercado, garante o abastecimento de políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, promove a estabilidade da renda rural e fortalece metas mais amplas de segurança alimentar e nutrição.

# Colaboradores:

28 países e 34 organizações de todo o mundo contribuíram para este Resumo para e com Formuladores de Políticas, ao longo de oito meses, participando de pelo menos um diálogo ou fornecendo contribuições por escrito. Os colaboradores compartilharam ideias, feedback e construíram o conhecimento coletivo refletido neste relatório. As contribuições não indicam validação oficial, compromisso ou posição formal do país, nem refletem as opiniões das instituições envolvidas.

Os países e organizações envolvidas incluem:

## Colaboradores da Comissão EAT-Lancet:

Johan Rockström, Walter C Willett, Shakuntala H Thilsted, Line J Gordon, Mario Herrero, Christina C Hicks, Nitya Rao, Rina Agustina, Sumati Bajaj, Anne Charlotte Bunge, Bianca Carducci, Costanza Conti, Namukolo Covic, Jessica Fanzo, Nita G Forouhi, Matthew F Gibson, Xiao Gu, Ermias Kebeab, Claire Kremen, Amar Laila, Ramanan Laxminarayan, Theresa M Marteau, Daniel Mason-D'Croz, Carlos A Monteiro, Anna Norberg, Jemimah Njuki, Thais Diniz Oliveira, Wen-Harn Pan, Juan A Rivera, James P W Robinson, Marco Springmann, Marina Sundiang, Sofie te Wierik, Detlef P van Vuuren, Sonja Vermeulen e Patrick Webb.

## Representantes nacionais:

Bélgica, Brasil, Camboja, Canadá, Dinamarca, El Salvador, Etiópia, França, Alemanha, Haiti, Irlanda, Quênia, México, Instituto Nacional de Saúde Pública do México; Nepal, Países Baixos, Nigéria, Noruega, Senegal, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Suécia, Suíça, Tanzânia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Vietnã e Zâmbia.

## Organizações internacionais:

Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (AUDA-NEPAD), Escritório Interafricano de Recursos Animais da União Africana (AU-IBAR), Comissão Europeia, União Europeia, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), SDG2 Advocacy Hub, Centro de Coordenação de Sistemas Alimentares da ONU, Programa Mundial de Alimentos (PMA), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Banco Mundial.

## Outras organizações:

AFSA; AGRA; Care International; CGIAR; CIRAD; Compassion in World Farming; FOLU; GAIN; HLPE-FSN; IDRC; ILRI; Netherlands Food Partnership (NFP); PAN International Foundation; Conselho de Desenvolvimento Agrícola e de Recursos Animais de Ruanda; Sciences Po Paris; Centro Shamba para Alimentação e Clima; SIDA; Universidade de Estocolmo, Suécia; SUN; WBCSD; Universidade de Bonn, Alemanha; e Universidade de Gana.

## Equipe de Coordenação:

Fabrice DeClerck (EAT, Aliança da Bioversidade e CIAT), Edward Boydell (Secretariado do Movimento para Ampliar a Nutrição), James Stapleton (Aliança da Bioversidade e CIAT, CGIAR), Amanda Harding (Convене), Ellen C. Wright (EAT), Ismael Erriest (Convене), Sarah Glavan (Convене), Margherita Massarenti (Convене), Sofia De Vega (Convене), Carmen Terzian (Convене), Anna-Victoria Baron Álvarez (Convене) e Eilif Ronning (EAT).

Este relatório foi revisado e elaborado pela equipe de Comunicação da EAT, incluindo Claire Bouillon (EAT), Katia Pecoraro (EAT), Jacob Leslie (EAT) e Iain Shepherd (EAT).